

V.20 n°43 (2024)

REVISTA DA

AN PE GE

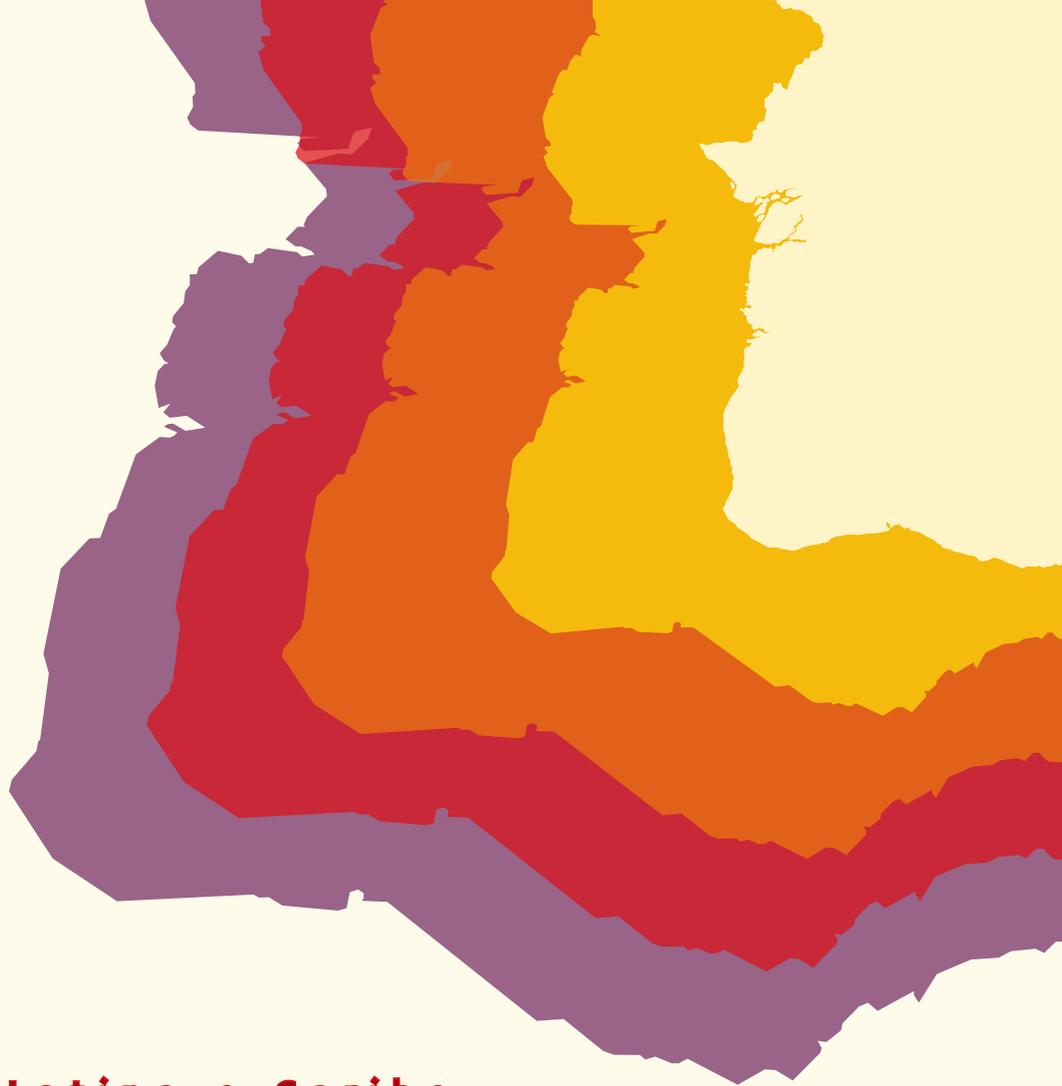
ISSN 1679-768X

A stylized lowercase letter 'a' in a white, rounded font, positioned above the organization's name.

ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-graduação e
Pesquisa em Geografia

REVISTA DA
**AN
PE
GE**



Dossiê América Latina e Caribe

Desenvolvimento, r-existir e bem-viver: realidades e horizontes políticos para a vida

*Desarrollo, re-existir y buen vivir: realidades y horizontes políticos
para la vida*

*Development, r-existence and good living: realities and political
horizons for life*

DOI: 10.5418/ra2024.v20i43.19371

MERCEDES SOLÁ PÉREZ

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

V.20 n°43 (2024)

e-issn : 1679-768X

RESUMO: A partir de experiências com povos do campo, das florestas e das águas a proposta deste artigo é fazer uma revisão de conceitos e categorias políticas que têm sido trabalhadas pela autora especialmente durante e após o doutorado. Trata-se de identificar alternativas ao desenvolvimento a partir da organização social em torno de diferentes formas de r-existência privilegiando a vida, pautando outros horizontes políticos e, em muitos casos, o bem viver. Nos diferentes apartados entrelaçam-se aspectos teóricos e práticos, especificamente desde o pós-desenvolvimento. Um dos desafios é ter autocritica no fazer e avaliar aqueles conceitos/categorias que nos sustentam teoricamente. E nessa perspectiva, considera-se urgente a consolidação de alternativas ao desenvolvimento, inclusive saindo desse espelho que não mostra o reflexo dos povos do campo, das florestas e das águas. É preciso continuar construindo possibilidades traçando outros caminhos, não como oposição, mas independentemente do capitalismo colonial patriarcal.

Palavras-chave: organização social, desenvolvimento, r-existir, bem viver, vida

ABSTRACT: Based on experiences with people in the countryside, forests and waters, the proposal of this work is to review concepts and political categories that have been worked on by the author, especially during and after her doctorate. It is about identifying alternatives to development based on social organization around different forms of re-existence, privileging life, establishing other political horizons and, in many cases, good living. In the different sections, theoretical and practical aspects are intertwined that support what is presented, from post-development. One of the challenges is to have self-criticism in doing and evaluating those concepts/categories that support us theoretically. The consolidation of alternatives to development is considered urgent, including stopping seeing ourselves in the mirror that does not show the reflection of the people of the countryside, the forests and the waters. It is necessary to continue building possibilities by tracing other paths, not as opposition, but independent of patriarchal colonial capitalism.



Keywords: social organization, development, re-exist, good living, life.

RESUMEN: A partir de experiencias con pueblos del campo, los bosques y las aguas la propuesta deste trabajo es hacer una revisión de conceptos y categorías políticas que han sido trabajadas por la autora especialmente durante y después del doctorado. Se trata de identificar alternativas al desarrollo a partir de la organización social entorno de diferentes formas de re-existencia privilegiando la vida, pautando otros horizontes políticos y, en muchos casos, el buen vivir. En los diferentes apartados se entrelazan aspectos teóricos y prácticos que sustentan lo que se presenta, especialmente desde el postdesarrollo. Uno de los desafíos es tener autocritica en el hacer y evaluar aquellos conceptos/categorías que nos sustentan teóricamente. Se considera urgente la consolidación de alternativas al desarrollo, inclusive dejando de vernos en el espejo que no muestra el reflejo de los pueblos del campo, los bosques y las aguas. Es necesario continuar construyendo posibilidades trazando otros caminos, no como oposición, sino independiente del capitalismo colonial patriarcal.

Palabras Clave: organización social, desarrollo, re-existir, buen vivir, vida.

INTRODUÇÃO

A proposta aqui é, a partir de uma revisão situada a partir de algumas experiências com povos do campo, das florestas e das águas apresentar três conceitos/categorias políticas – críticas ao desenvolvimento, r-existir e bem viver. Trata-se de sistematizar e socializar reflexões que têm sido feitas, especialmente no doutorado e nos seguintes anos. Ao longo do tempo venho confirmando que há uma necessidade fundamental de buscar alternativas ao desenvolvimento – que é o desenvolvimento do capital – porque este é baseado na exploração do ser humano pelo ser humano e à natureza e numa perspectiva lineal do viver.

Minha proximidade a estas questões, tem se dado em torno do trabalho com povos do campo, das águas e das florestas – com ênfase nos pescadores e pescadoras artesanais – como sujeitos coletivos/comunidades que vivem e compreendem a vida de diferentes maneiras. Assim, na medida do possível, ao entrar em cada questão, proponho ir pincelando as reflexões com situações experienciadas. Embora o foco seja em experiências do Brasil verificam-se semelhanças em torno das questões políticas entre as organizações sociais e comunidades do campo em outros países da América Latina ou, mais precisamente, na Abya Yala.

“Não queremos desenvolvimento, queremos viver bem”

Esteva (2000) conta que a noção de desenvolvimento perpetua-se desde a década de cinquenta quando o presidente do país que, naquela época vislumbrava-se como hegemônico – EUA –, dividiu o mundo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, colocando como parâmetro seu próprio país. Isso significava que haveria um único caminho possível para conseguir ‘ser’, é o caminho das economias desenvolvidas e implicando uma linearidade. Quijano (2005) diria que coloca-se um espelho que não apresenta nosso próprio reflexo, mas o de outro que não alcançaremos e, talvez, nem queiramos alcançá-lo.

Escobar (2014) marca quatro períodos da era do desenvolvimento: a teoria da modernização aliada ao crescimento (1950-1960); a teoria da dependência (1960-1970); as críticas ao desenvolvimento, vinculadas ao discurso cultural (anos 1990) e; um relativo abandono do discurso do desenvolvimento durante o neoliberalismo (1990-...). Estados Unidos e os organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio – cujo poder deste país é decisivo – impõem internacionalmente o desenvolvimento.

O primeiro período surge no contexto do mundo bipolar (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e Estados Unidos de América, representando o socialismo e o capitalismo, respectivamente) na tentativa de fazer prevalecer o modelo estadunidense de viver. Isto é, preocupado com o aumento do Produto Interno Bruto, a economia e a modernização. No Brasil, resulta nas políticas de modernização do campo na denominada revolução verde que significou a inserção de um pacote tecnológico para a plantação de monocultivos para exportação, uso de sementes transgeneticamente modificadas, uso de agrotóxicos e técnicas resultando no êxodo rural, no inchaço nas periferias nas cidades, na relativa industrialização, na criação de dívida externa, doenças nos corpos humanos e outros corpos, assim como no ambiente, entre outras, que persistem até a atualidade inclusive de maneira exacerbada.

O segundo período, na perspectiva da teoria da dependência, os países subdesenvolvidos tinham essa sina devido à dependência econômica com os outros países. O foco é a crítica ao capitalismo e à assimetria no comércio internacional e na distribuição dos benefícios. Contudo, se mantinha a ideia da necessidade de crescimento e é nesse contexto que se criam alguns artifícios que buscam qualificar – e com isso amenizar – o desenvolvimento. Diferentes formas de desenvolvimento sustentam a mercantilização de todas as esferas da vida com um instrumento que os Estados nacionais passam a utilizar, o planejamento social, ambiental, territorial. Estimula-se ao desenvolvimento social colocando uma maquiagem social à economia, e remetendo a necessidades baseadas em um modelo ocidental moderno. Isto significa que não são as necessidades de viver as que contam, mas de um modo de viver atrelado ao consumo, à industrialização, à modernização, ao crescimento. Ou ainda, trata-se do desenvolvimento sustentável, argumentando a necessidade de conservar os recursos

naturais, compreendendo a natureza como recurso, e criando áreas de reserva de mercado e todo um arsenal denominado de economia verde, sem ir à raiz da questão em torno das formas exploratórias de uso, apropriação e consumo da natureza no capitalismo.

Negam-se formas de viver considerando a natureza como uso comum, os seres humanos como parte da natureza, a vida como centro¹. Ainda vinculando o desenvolvimento ao planejamento territorial, cria-se a política de desenvolvimento territorial rural a partir da qual os investimentos não resultaram na resolução dos problemas dos territórios, pois são ações de caráter setorial que beneficiam aquelas famílias que buscam a inserção ao mercado, sem focar em outras formas de uso e apropriação do território como das comunidades quilombolas, indígenas, faxinalenses e assentados de reforma agrária. Essa política acaba servindo para legitimar “a expropriação dos grupos subalternos e a consolidação de uma agricultura baseada na grande propriedade em uma modernização contínua de forte impacto social e ambiental” (FÁVARO, 2014). Seja desenvolvimento ou desenvolvimento social, sustentável, territorial, local, etc. Latouche (2007) resume o que significa este trânsito por diferentes desenvolvimentos, ao dizer que

Qualquer que seja o adjetivo que se dê, o conteúdo implícito ou explícito do desenvolvimento é o crescimento econômico, a acumulação de capital com todos os efeitos positivos e negativos que conhecemos: concorrência sem piedade, crescimento sem limites marcado pelas desigualdades, pilhagem sem atender à natureza (LATOUCHE, 2007, p. 21).

O terceiro período, de críticas ao desenvolvimento, está demarcado no contexto de retomada pública das lutas indígenas. Evidencia-se uma urgência de recriar formas desvinculadas da expropriação da natureza e dos povos, em relação aos seus territórios, seus saberes, seus fazeres. Enquanto institucionalmente há uma busca de reinventar o desenvolvimento como positividade, os povos e a perspectiva pós-desenvolvimentista mostram a necessidade de questionar o caminho único linear do desenvolvimento, do crescimento, da modernidade, do progresso (ESCOBAR, 2014).

O período do neoliberalismo abandona o discurso de desenvolvimento com o objetivo de retirar de responsabilidades do Estado, contudo identifica-se a presença deste em relação à instalação de empresas multinacionais e à viabilização da fluidez do capital. A perspectiva pós-desenvolvimentista explicita que “O estabelecimento de valores econômicos [e cultural hegemônico] exige a desvalorização de todas as outras formas de vida social. [...] Transforma as atividades autônomas e pessoais, que incorporam desejos, habilidades, esperanças e interação social ou com a natureza, em necessidades cuja satisfação exige a mediação do mercado” (ESTEVA, 2000, p. 74).

¹ Durante a elaboração da dissertação de mestrado em Geografia tive a oportunidade de trabalhar fazendo uma crítica a este conceito. Para conhecer o trabalho, consulte <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/28454/R%20-%20D%20-%20MERCEDDES%20SOLA%20PEREZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 9 out 2022.

aprofundamento e percurso destas décadas em que diferentes autores e autoras se debruçam neste paradigma sobre o desenvolvimento, permite fazer algumas considerações complementares. Algumas destas referências no tema que compuseram o Dicionário do desenvolvimento (2000) retomam na publicação do livro “Pluriverso – Dicionário do pós-desenvolvimento” a questão do desenvolvimento com novos elementos.

Já na apresentação Sachs (2021) comenta que no início da década de 1990 quando começaram a organizar o Dicionário do desenvolvimento tinham como objetivo “denunciar a ideia do desenvolvimento [...] com felicidade e ingenuidade” (SACHS, 2021, p. 17) considerando que era o fim dessa era. Acreditavam quase como uma expressão de desejo – uma utopia que nos move a caminhar?² - que o desenvolvimento estava fadado ao fracasso justo pela evidência do que este significa para a vida dos povos. Isto é, “um programa geopolítico [...cujas consequências são as] injustiças, crises culturais e degradação ecológica” (SACHS, 2021, p. 17). Ele retoma as origens do conceito traçado pelo Dicionário do desenvolvimento no verbete homônimo que indicava o discurso de Truman de 1949 como o marco a partir do qual metade da população mundial seria proveniente de áreas subdesenvolvidas. Destaca que a partir desse discurso se inaugura a era do desenvolvimento no intervalo entre a era colonial e a globalização. E, ao fazer a análise sobre essa era ressalta seu caráter unidirecional, seu foco no tempo linear, sua medida a partir do desempenho econômico e seus agentes: especialistas dos governos, as corporações e os bancos multinacionais.

Além de Estados Unidos e os organismos internacionais de controle, Sachs (2021) chama a atenção para a permeabilidade do discurso do desenvolvimento nas Organizações Não Governamentais. É tão forte essa tendência, que resulta difícil ser contra o desenvolvimento, por isso, no prefácio do livro “Pluriverso”... o convite é de continuar desconstruindo a ideia de desenvolvimento evidenciando suas características que levam à mercantilização de tudo e abrindo caminho através da descolonização intelectual, emocional, ética e espiritual às alternativas de respeito à vida na Terra. No verbete que Svampa (2021) escreve, ela apresenta três momentos-chave de críticas do pensamento latino-americano em relação à noção hegemônica de desenvolvimento. São críticas à sociedade de consumo, do pós-desenvolvimento e em relação ao extrativismo.

Na década de 1970, Celso Furtado ressalta que o estilo de vida do capitalismo é viável para uma minoria, já que se toda a humanidade tivesse o nível de consumismo dos países industrializados e as elites dos países subdesenvolvidos, haveria um colapso. Essa mesma perspectiva é apoiada pelo

² “A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”
– Fernando Birri, citado por Eduardo Galeano in ‘Las palabras andantes?’ de Eduardo Galeano. publicado por Siglo XXI, 1994.

grupo interdisciplinar argentino Fundación Bariloche salientando que a degradação ambiental e a exaustão da natureza se devem ao nível de consumo nos países ricos.

Ivan Illich considerava que a crítica ao desenvolvimento devia ser, além de considerar o consumismo, levando em conta os padrões culturais promovendo “estilos de vida mais sóbrios [...] O paradigma pós-desenvolvimentista analisa o desenvolvimento.” (SVAMPA, 2021, p. 67). Este, propõe pensar mais do que em alternativas de desenvolvimento, ou seja, reformas; em alternativas ao desenvolvimento.

A partir dos anos 2000 inicia-se uma crítica aos (neo)extrativismos vigentes e o que Svampa (2012) chama do consenso das *commodities* que denuncia o produtivismo dominante, a corrida dos países pela sua inserção nas rotas comerciais através da expansão de megaprojetos extrativos. Este modelo caracteriza-se pela “ocupação intensiva de territórios, pela apropriação de terras e pela apropriação destrutiva de bens naturais para exportação.” (SVAMPA, 2021, p. 68). Nesta análise o foco na questão ambiental é totalmente explícito, inclusive ao evidenciar que por causa do neoextrativismo, as lutas sociais têm um viés ambiental intrínseco, algumas questionando a visão antropocêntrica hegemônica.

Assim como Escobar (2014), Maristella Svampa (2021) indica Celso Furtado e a teoria de dependência como um marco de questionamento ao desenvolvimento e Ivan Illich (1973) e o pós-desenvolvimento como uma perspectiva de referência.

Haveria inúmeros conflitos decorrentes da imposição do desenvolvimento nos territórios de diferentes povos. Para citar alguns, rememoro a tese de doutorado³ que realizei estando no LEPEC na UFPE. A tese se propunha visibilizar a vida dos povos que sistematicamente são violentados pelo desenvolvimento, e que pode se ter uma ideia através do documentário “Suape, desenvolvimento para quem”⁴, mas que também, e fundamentalmente, tinham diversas formas de r-existir. Vinte e sete comunidades camponesas, de pequenos agricultores, pescadoras, quilombolas; desde a década de 1970 têm a imposição do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) nos seus territórios de vida. O CIPS se instalou em 13.500 ha e até a atualidade causa conflitos e violência às populações que vivem e/ou trabalham. O processo de desterritorialização vem atrelado a outras violências: contra pessoas; pela destruição dos bens; de milícias; contra a saúde, devido à exposição a contaminantes e ruídos (SOLÁ PÉREZ; GONÇALVES, 2019).

Não é possível aqui fazer um detalhamento, mas vale a pena citar um conflito que está acontecendo atualmente e relatado por pescadoras artesanais da Ilha da Cocaia. O Grupo Bemisa tem

³ Tese de doutorado em Geografia “R-existências dos camponeses/as do que hoje é Suape: justiça territorial, pós-desenvolvimento e descolonialidade pela vida”. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/18689/1/TeseDoutoradoGeografiaMercedesSol%C3%A1Per ez.pdf>> Acesso em 5 out 2022.

⁴ Documentário disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tzrjo_gYfPA&ab_channel=MarianaOlivia> Acesso em 6 out 2022.

previsão de instalar um Terminal de Granéis Sólidos Minerais na Ilha da Cocaia na qual mariscam as pescadoras artesanais que já sofreram violências anteriores quando aconteceu a sua desterritorialização pelo CIPS. Essa instalação significa a proibição da mariscagem no local; a contaminação do ar, da água e dos corpos das mulheres pelos minérios; a diminuição da vida marinha devido às dragagens e à modificação do ambiente; a impossibilidade de realizar a prática cultural da festa da ouriçada. São 61 mulheres pescadoras e suas famílias que sofrem todos esses impactos. Cabe ressaltar que não é só esse empreendimento, mas outros que vêm conjuntamente, como a Ferrovia Transnordestina, que também provocam impactos negativos.

Após este breve apanhado sobre o desenvolvimento cabe referenciar o título deste apartado. Ana Esther Ceceña (2012) utiliza esse título provocador para desconstruir o ideal de desenvolvimento, que não é outra coisa que desenvolvimento do capital. Para explicar o que o desenvolvimento significa na vida das comunidades, Ceceña apresenta o desenvolvimento e o viver bem como horizontes civilizatórios contrários. Propõe na perspectiva do bem viver “recuperar as nossas histórias para projetar o futuro” (p. 307). Assim, seu foco é evidenciando a construção do bem viver, a partir das culturas com pluralidade de sujeitos concebendo o ser humano parte da natureza como complemento às plantas, rios, animais, montanhas. Explica que apesar do avassalamento do capital – compreendendo aqui o antropocentrismo, o patriarcado, a colonização no sentido hierárquico em que se sustenta o capitalismo – diversos povos mantêm as compreensões do tempo circular, da relação intrínseca com a natureza e da necessidade do cuidado em todos os níveis. Por isso, a construção dos territórios em torno do trabalho e do fazer em comum é fundante para esses outros horizontes civilizatórios, como será tratado adiante.

Quando pisamos na terra que pisam os povos onde constroem suas territorialidades resulta evidente a necessidade de termos uma postura de alternativas ao desenvolvimento. Nem o desenvolvimento, nem as alternativas de desenvolvimento respondem às necessidades da reprodução das vidas. Por isso, tem se praticado e falado em alternativas ao desenvolvimento e do bem viver.

“R-existência’ é algo que eu sempre fico pensativo”

Um colega provocou uma boa conversa depois de dizer isso... reproduzo aqui e amplio porque considero que é importante refletir sobre essa questão. Entendo que é uma forma de expressar que não somente se resiste ao capital, mas também permanentemente se criam formas diferentes independentes e para além das formas opressivas hegemônicas. Esta forma de se relacionar significa apontar para a recriação da vida como vivência e como projeto político.

Porto-Gonçalves (2002) ressignifica e grafa “r-existências” para dizer aquilo que ele enxerga entre os povos que recriam os seus modos de ser/fazer para continuar reproduzindo suas vidas de acordo com princípios próprios. Verifico que este conceito cada vez é mais utilizado. Utiliza-se no

sentido de evidenciar outros parâmetros de reconhecer as formas de vida e de visibilizar outras sociabilidades que não se encaixam, nem buscam se inserir, nas formas de dominação capitalistas coloniais patriarcais.

Durante a tese de doutorado criei uma classificação didática que, pessoalmente continua fazendo sentido, demarcando três tipos de r-existências cotidianas, públicas e em alianças. A primeira e a segunda são pautadas em Scott (2000) e a terceira trata-se fundamentalmente daquilo que aconteceu durante a realização da tese que foi a criação de um fórum, o Fórum Suape – espaço socioambiental⁵, de denúncia e atuação contra as arbitrariedades do Complexo Industrial Portuário de Suape em relação às pessoas que trabalham e às que moram nesse território sobreposto. Rememoro a tese de doutorado também em torno das r-existências na Colômbia para comentar sobre os territórios constituídos de fato, embora estejam em tramitação para a legalização por parte da institucionalidade. As Zonas de Reserva Campesina (ZRC) são territórios das comunidades camponesas que, graças à luta histórica, conseguiram a promulgação da Lei 160 em 1994, que em seu Artigo XIII trata sobre essa figura legal. Independentemente de haver uma figura legal e todo um procedimento para solicitação de reconhecimento do território como ZRC, as comunidades camponesas organizam social, econômica e culturalmente seus territórios, os constituem de fato. Isso pode ser confirmado ao ver que a quantidade de ZRC legalizadas é muito menor às ZRC existentes de fato. Isso também evidencia a morosidade do Estado em reconhecer os direitos do campesinato, mas neste momento não é possível aprofundar sobre este aspecto. Esses processos de construção de territórios de fato e sua legalização, continuam vigentes atualmente com novas configurações, especialmente no contexto atual de ter assumido na Colômbia um governo aliado à luta urbana e do campo.

Em uma nova tentativa de explicitar o que seriam essas formas de resistir e r-existir, detalho resistências cotidianas, públicas e em alianças que têm acontecido neste marco temporal de uma década que delimitei anteriormente.

As resistências cotidianas, segundo Scott (2000) são formas de fazer mais ameno o dia a dia. Implicam em ações ocultas individuais ou coletivas como pode ser burlar certas exigências de um chefe, se apropriar de parte da colheita do fazendeiro, fazer corpo mole. Durante a pesquisa com as comunidades camponesas do que hoje é Suape, identifiquei outras formas que poderiam ser parte dessas r-existências cotidianas, não em um sentido de se contrapor à subordinação somente, mas de procurar viver, apesar dos conflitos. Algumas formas que citei para o caso das comunidades do que hoje é Suape, são: coletar frutas e vendê-las em uma banquinha ao lado da estrada; permanecer no sítio apesar das ameaças e da situação adversa; fazer plantões para evitar despejos arbitrários; continuar plantando alimentos; fazer os próprios poços para abastecimento de água. No caso das comunidades

⁵ Para conhecer mais sobre o Fórum Suape – espaço socioambiental e sua produção, consultar: <<https://forumsuape.blogspot.com/>> e <<https://www.youtube.com/forumsuape>>

camponesas da ZRC do Vale do Cimitarra na Colômbia, citei: a construção de casas, a criação de búfalos e de gado branco, cultivo de arroz e alimentos, construção de trapiche para elaboração de rapadura para comercialização, o cuidado com as pessoas anciãs da comunidade.

A esfera do cuidado, que tem sido bastante destacado desde alguns feminismos, poderia ser identificada como uma forma cotidiana de resistência e como uma prática de criar outras relações divergentes às da dominação hegemônica. Desde esta perspectiva, busca-se criar relações horizontais e comunitárias, de apoio mútuo e reciprocidade.

Todas estas são práticas de resistir e r-existir cotidianamente que se multiplicam de maneira semelhante ou com outras formas diversas que permitem compreender que para estas comunidades a vida é o centro das preocupações deixando o consumismo e o lucro em outro nível. Estas formas, por não comparecerem na mídia ou em grandes manifestações, não são tão evidenciadas, mas são fundamentais para a reprodução da vida.

As resistências públicas são os atos que se realizam geralmente de maneira coletiva como os protestos, as ocupações, as greves, etc. Por serem as que se veem mais, vou destacar uma específica que pode ilustrar tantas outras que vemos nas ruas e se noticiam diariamente, a Marcha das Margaridas de 2019⁶ da qual tive a oportunidade de participar. A Marcha das Margaridas é uma ação de culminância de debates que se realizam rotineiramente por organizações nos diferentes estados, coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e organizações de mulheres parceiras⁷. É uma mobilização que promove a organização das mulheres em torno a diferentes pautas desde o ano 2000 e que acontece de três em três anos. Em 2019, foram à Marcha das Margaridas em torno de cem mil mulheres dos povos do campo, das águas, das florestas e das cidades unidas à I Marcha das Mulheres Indígenas com mais de três mil indígenas⁸.

As pautas encontram-se em uma plataforma política envolvendo o tema “Margaridas na luta por um Brasil com Soberania Popular, Democracia, Justiça, Igualdade e Livre de Violência”. Com esse tema as mulheres de todos os estados denunciaram a violência que vivenciamos nas esferas privada, pública e institucional. Os eixos articulados de debate político, denúncia e proposições foram: 1 – por terra, água e agroecologia; 2 – pela autodeterminação dos povos, com soberania alimentar e energética; 3 – pela proteção e conservação da sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns; 4 – por

⁶ Para ter um panorama sobre o que foi a Marcha das Margaridas de 2019 e as pautas colocadas, consultar: <https://www.youtube.com/watch?v=twBxPtJvY_s&ab_channel=Articula%C3%A7%C3%A3oSemi%C3%A1rido> Acesso 7 out 2022.

⁷ Sobre a Marcha das Margaridas, consultar: <<https://fetase.org.br/mobilizacoes/marcha-das-margaridas/>> Acesso em 7 out 2022.

⁸ Documento político da I Marcha das Mulheres Indígenas disponível em: <<https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/>> Acesso em 6 out 2022.

autonomia econômica, trabalho e renda; 5 – por previdência e assistência social, pública, universal e solidária; 6 – por saúde pública e em defesa do SUS [Sistema Único de Saúde]; 7 – por uma educação não-sexista e antirracista e pelo direito à educação do campo; 8 – pela autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade; 9 – por uma vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo e; 10 – por democracia com igualdade e fortalecimento da participação política das mulheres.⁹ Seu caráter formativo é processual e vai incorporando mulheres do campo, das águas, das florestas e das cidades que buscam acabar com todas as formas de dominação.

Esta é uma das formas públicas de resistir e produzir novas formas de se relacionar. Muitas outras poderiam ser abordadas como o Grito da Pesca das comunidades pesqueiras, o Acampamento Terra Livre dos povos indígenas e diversas formas de manifestar-se publicamente também em escalas diferentes com duração mais ou menos prolongada e também com uma ou várias edições.

Outra forma de resistência é a que denominei “resistências em alianças” e para compreender de que se trata, apresento alguns processos que podem se entender de esta forma. Evidentemente, como já mencionei, a realidade se mostra mais complexa que a diferenciação de formas de resistência e re-existência, e nestes casos talvez seja possível visualizar isso. De todas maneiras, considero que não tira a importância de destacar essas estratégias diferentes; as pessoas e organizações que protagonizam e as que contribuem e apoiam; as escalas de atuação, etc.

O Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais de Sergipe criou uma aliança com outras organizações de oito estados para lançar a Campanha No Tempo da Maré com o intuito de denunciar as falhas no licenciamento ambiental para estudos de exploração de petróleo em águas ultraprofundas na foz do rio São Francisco. A primeira questão é a falta de consulta prévia, livre, informada e de boa fé, parte fundamental do licenciamento ambiental de qualquer megaempreendimento. As empresas buscam driblar essa obrigação e, na maioria das vezes, os órgãos ambientais fazem vistas grossas ao incumprimento deste processo fundamental que é o das comunidades decidirem em relação àquilo que se faz nos seus territórios, sejam eles legalizados ou não.

Além disso, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) que apresentou a consultora paga pela Exxonmobil baseou-se em informações antigas de outro estudo realizado pela Petrobras em 2017 cujo contexto era diferente ao atual, já que foi anterior ao derramamento de petróleo que ocorreu em 2019 e à pandemia de Covid 19 (2020-...). Esse EIA tinha muitas falhas, dentre elas, as mais grosseiras são que: não mapeava nem identificava todas as comunidades presentes nos territórios da área de influência; não passou pelo crivo do IPHAN, em relação ao patrimônio cultural material e os sítios arqueológicos e; não realizou trabalhos de campo que minimamente atualizassem as informações. Apesar destas questões, o Ibama permitiu proceder à audiência pública e, sendo que ainda permanecia

⁹ Plataforma política da Marcha das Margaridas de 2019 disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1236339083_14082019151003.pdf> Acesso em 7 out 2022.

pandemia havia autorização através da Resolução Nº 329 de 30/07/2020¹⁰ do Conselho Nacional de Justiça, que a mesma poderia ser em formato virtual¹¹. No Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN-IPPUR) junto com a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) (2011) fazem um levantamento em relação às arbitrariedades e negligências relacionadas às audiências públicas e aos procedimentos de licenciamento ambiental em geral. Neste sentido, é de se imaginar que a condição de virtualidade só piora a situação.

Este caso, que se repete constantemente, serve para compreender porquê parte das estratégias de organização social dos povos e de fazer valer sua autonomia, é a elaboração de protocolos de consulta. Estes, são documentos que contribuem com a própria organização social e apresentam uma sistematização de procedimentos que as empresas ou o Estado devem cumprir em caso de querer intervir nos seus territórios. Ao longo do país, diferentes povos criaram esses protocolos, ao verificarem que a Consulta Prévia, Livre, Informada e de Boa Fé e os direitos de decidir, não se cumprem, apesar da ratificação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho pelo Brasil na Lei 5051 de 2004, que trata sobre estas questões. Entre 2012 e 2022 foram criados aproximadamente 65 protocolos ao longo do país¹². Estes protocolos têm servido como freio à invasão dos territórios tradicionalmente ocupados pelos povos do campo, das águas e das florestas por atividades alheias e prejudiciais à reprodução de suas vidas. Nas vésperas do anúncio da chegada da pandemia no Brasil, no contexto do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), pescadores e pescadoras artesanais, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais organizados no Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais de Sergipe tivemos a oportunidade de conhecer a Terra Indígena Parati Mirim. Na apresentação do protocolo de consulta prévia da Tekoa Itaxi Mirim diz

A motivação para construção desse protocolo é principalmente a busca pela proteção do seu território, da sua cultura e de seus costumes, o que é essencial para um local que está localizado ao lado da rodovia que leva à praia de Paraty Mirim, um ponto turístico. Com isso, muitos não-indígenas acabam achando que podem entrar no território deles sem autorização das lideranças, o que de forma repetitiva se torna um problema.¹³ (2018)

O protocolo realizado entre outubro de 2017 e junho de 2018 e publicado em 2018, no contexto dos trinta anos da Constituição Federal, é o primeiro do estado do Rio de Janeiro. O

¹⁰ A resolução foi revogada em 22 de novembro de 2022 através da Resolução Nº 481.

¹¹ Para saber mais sobre as falhas do licenciamento ambiental da Exxonmobil em águas ultraprofundas na foz do rio São Francisco, vale a pena consultar: Zenha; Solá Pérez (2022).

¹² Para consultar todos os protocolos acessar o [Observatório de Protocolos Comunitários de Consulta e Consentimento Livre Prévio e Informado](#).

¹³ Protocolo de consulta da Tekoa Itaxi Mirim, disponível em: <[Protocolo de Consulta Prévia da Tekoa Itaxi Mirim \(2018\) – Observatório de Protocolos Comunitários \(direitosocioambiental.org\)](#)> Acesso em 6 out 2022.

documento começa explicando esse contexto de direitos dos povos indígenas, indicando os dispositivos legais que os contemplam como a

I) Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; II) Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nº 169 de 1989 (substituta da Convenção 107 da OIT de 1957) que determina o controle e participação direta dos indígenas em todas os assuntos que lhes dizem respeito, determinando que haja consentimento prévio e informado; III) Convenção da Diversidade Biológica de 1992, que reconhece o direito à repartição dos benefícios derivados do conhecimento das populações tradicionais; IV) Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural de 2002 que preconiza o pluralismo cultural como princípio ético de um contexto democrático; V) Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2003, que reconhece os sistemas de conhecimento das populações indígenas como fonte de riqueza material e imaterial; VI) Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007, que estabelece o pleno exercício do direito à autodeterminação, autonomia ou autogoverno nas questões relativas a assuntos internos e locais das populações indígenas (ACIGUA, 2018).

Além de identificar os parâmetros legais, destaca que o fundamental é a autodeterminação e o protagonismo dos povos indígenas em relação à garantia de direitos plurais e específicos. A própria organização ACIGUA – “com muita dificuldade” em guarani – continua, comentando que “o documento é importante porque defende muitos direitos: cultura, língua, casa de reza, mantendo viva a cultura” (ACIGUA, 2018, p. 24) e que quando chegam pessoas de fora, elas precisam entrar em contato com uma liderança e os projetos que, com sua instalação, possam impactar a aldeia, devem ser de conhecimento de toda a comunidade. Nesse sentido, o respeito é o primeiro passo, dizem. Finalmente, o documento responde às questões: “quem deve ser consultado?, como deve ser o processo de consulta?, Como a Tekoa toma suas decisões? e O que a Tekoa espera da consulta?” (ACIGUA, 2018, p.38). Quando nós chegamos, no contexto do PEAC, fomos recebidos por um grupo de lideranças que nos ofereceu café da manhã farto, nos explicou como foi o processo de criação do protocolo e nos levou a percorrer o território. Comentaram sobre a importância de criar esse tipo de protocolos, no sentido de decidir sobre o que se faz ou não no seu território e para protegê-lo de arbitrariedades, intervenções indevidas e violências.

Resulta também interessante verificar que muitas outras estratégias têm se colocado como possibilidades de enfrentar as violências do capitalismo colonial patriarcal. Assim, além da cartografia social que desde os inícios da década de 2000 proliferaram no país¹⁴; novas organizações sociais se formaram, inclusive em grandes alianças plurais ‘preta, indígena e popular’ como a Teia dos Povos¹⁵

¹⁴ As cartografias sociais, participativas, automapeamentos ou mapeamentos comunitários são metodologias e instrumentos de organização social, denúncia e sistematização das questões que se apresentam nos diferentes territórios onde são realizadas. Para conhecer mais, visite o site da Nova Cartografia Social <http://novacartografiasocial.com.br/>. Também tem um artigo interessante de Montenegro e Rocha (2017) que destaca as diferentes denúncias que os povos têm feito desde a organização social em torno das cartografias participativas.

¹⁵ Teia dos Povos, disponível em: < <https://teiadospovos.org/> > Acesso em 11 out 2022.

que vai se expandindo desde 2012. Esta ‘articulação de comunidades, territórios, povos e organizações políticas, rurais e urbanas’ encontra-se no Maranhão, Pará, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Ceará e Rio Grande do Sul¹⁶. Seus horizontes de trabalho conjunto são a terra e o alimento, o trabalho e o estudo como forma de emancipação e a reafirmação dos saberes tradicionais na construção de novas sociabilidades que desconstroem o capitalismo, o racismo e o patriarcado (ROOS et al, 2022).

Vale a pena citar também a organização de tribunais populares como o Tribunal dos Povos do Cerrado e o Tribunal Popular da Economia do Mar. Estes tribunais compreendem-se desde a perspectiva do que tem se chamado de direito achado na rua, da justiça popular.

O Tribunal dos Povos do Cerrado foi organizado pela Campanha Nacional em Defesa do Cerrado em aliança com o Tribunal Permanente dos Povos desde 2019. A Campanha Nacional em Defesa do Cerrado¹⁷ foi lançada em 2016 com o intuito de visibilizar a sociobiodiversidade e a importância do Cerrado, também denunciando as injustiças ambientais e arbitrariedades contra o Cerrado e os povos que o conformam. O Tribunal Permanente dos Povos é constituído por um júri internacional e criado na década de 1970 para julgar crimes cometidos contra povos e minorias. É um reflexo do Tribunal Russell que julgou os crimes da guerra de Vietnã e as ditaduras militares na América Latina. Nessa aliança entre a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado e o Tribunal dos Povos, foi realizado o Tribunal dos Povos do Cerrado que consiste em um conjunto de encontros para preparação de uma sessão especial de denúncia ao Estado e às empresas “para julgar o crime de ecocídio contra o Cerrado e o genocídio de seus povos” (TRIBUNAL, 2022). Todos os detalhes podem ser encontrados nos materiais de divulgação¹⁸, contudo vale destacar a importância destas ações com o intuito de criar procedimentos de justiça para além dos estabelecidos que não são respeitados e que não contemplam todas as esferas da vida que os povos vivenciam. É a justiça de fato que se reforça junto com a organização social e a visibilização das arbitrariedades pela participação de pessoas que são referências nas lutas, embora não sejam os sujeitos e comunidades protagonistas das mesmas.

O Tribunal Popular da Economia do Mar é uma iniciativa do Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP) que se espelha na experiência do Tribunal da Economia Azul do Oceano Índico organizado por organizações comunitárias pesqueiras e Organizações Não governamentais regionais. A decisão de organizar um Tribunal no Brasil foi explicitada no Grito da Pesca de 2021 com previsão

¹⁶ Para ter mais informações conheça o livro FERREIRA, Joelson (2021). **Por terra e território:** caminhos da revolução dos povos no Brasil. Arataca (Bahia): Teia dos Povos.

¹⁷ Disponível em: <<https://www.campanhacerrado.org.br/a-campanha/sobre-nos>> Acesso em 10 out 2022.

¹⁸ Tribunal dos povos do Cerrado. Disponível em: <<https://tribunaldocerrado.org.br/>> Acesso em 6 out 2022. Vídeo memória do Tribunal. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MLjG3eJwiRY&ab_channel=CampanhaNacionalemDefesadoCerrado> Acesso em 10 out 2022.

duração de um ano. Organizou-se em três audiências regionais – sul/sudeste, norte e nordeste – que têm como objetivo conhecer as experiências de violações e impactos nas comunidades pesqueiras e eleger experiências por região para a sessão final do Tribunal Popular da Economia do Mar a realizar-se como parte das atividades do Grito da Pesca Artesanal de 2022.

Portos e Complexos Industriais Portuários, aquicultura e pesca industrial, parques eólicos *on-shore* e *off-shore*, mineração e indústria do petróleo – incluído o desastre crime do derramamento de 2019 –, agronegócio e outras causas de conflitos vinculadas à economia do mar como especulação imobiliária e turismo de massas são denúncias constantes nas falas das comunidades pesqueiras. E o Estado nas diferentes escalas apresenta-se como um dos agentes protagonistas, seja por promoção ou, omissão de políticas públicas e ações que viabilizam a economia do mar. Também compartilham-se táticas para resistir ao cercamento dos territórios pesqueiros que não são publicizadas em outros âmbitos mais que entre pessoas parceiras.

Além da própria denúncia e visibilização dos impactos que causa a economia do mar na vida das comunidades pesqueiras, o Tribunal tem contribuído para a sistematização dos conflitos pelas organizações sociais; o fortalecimento das alianças entre comunidades pesqueiras e suas organizações, o Conselho Pastoral dos Pescadores e pesquisadoras e pesquisadores dessas questões, e; o intercâmbio de experiências e saberes entre as pessoas participantes tanto das reuniões preparatórias para as audiências regionais, como nas próprias audiências regionais e na audiência final¹⁹.

Ao apresentar estas diferentes resistências em alianças é possível compreender que são formas nas quais diversos agentes interatuam em torno de questões específicas. São ações que se estabelecem em aliança com outros sujeitos que não estão necessariamente sendo atingidos de maneira direta, mas que, por considerarem as ações injustas, arbitrárias e violentas, procuram modificar a situação através de diversos procedimentos. Em 2016 eu tinha escrito que são resistências em alianças com Organizações Não Governamentais ou com instituições de ensino, pesquisa e extensão públicas ou privadas, entidades, etc. que denunciam, intervêm como mediadores, promovem atividades de organização social, etc. Estes sujeitos utilizam a sua posição privilegiada nesta sociedade hierarquizada para contribuir com a visibilização dos conflitos e das resistências sociais. E a passagem por estas vivências me permite dizer que, há inclusive casos nos quais podem criar-se alianças temporárias com agentes que ainda que não tenham objetivos finais semelhantes, contribuem parcialmente com as lutas e as resistências dos povos. No atual contexto de proliferação de notícias falsas e deturpação de certas lutas, mídias oficiais e alternativas podem fomentar o papel importante de anunciar acontecimentos fazendo ecoar as vozes dos povos. O financiamento para elaboração e

¹⁹ Para conhecer a sentença final do Tribunal Popular da Economia do Mar (2022) visite: <http://www.cppnacional.org.br/sites/default/files/SENTEN%C3%87A_TRIBUNAL_POP_MAR.pdf> Acesso em 30 nov 2022.

publicação de materiais como os protocolos de consulta ou cartografias sociais, por vezes, é realizado por empresas que em outros lugares criam esses conflitos que são denunciados. São estas, alianças táticas? Cada organização faz a sua própria avaliação, assim como da sua participação em instâncias do Estado.

Ainda poderia citar muitas outras experiências²⁰ que, por diversas razões, escapam, mas que nas organizações se entendem como experiências fundamentais para o fortalecimento das lutas, a sua maior articulação e a garantia de recriação permanente de formas próprias de reprodução da vida. Isto é, formas de resistência e r-existência que proliferam mundo afora.

Nesse percurso de resistências, r-existências e outros horizontes de vida apresento a seguir o bem viver como categoria política que aglutina estes horizontes e que, como será possível verificar, está longe de se apresentar como caminho único.

Bem viver - sumak kawsay, suma qamaña, kume mongen, ñandereko...

Proponho o aprofundamento desta categoria de “bem viver” especialmente por duas razões. A primeira é porque quando comecei a abordar o bem viver há mais de uma década, causava ruído para muitos acadêmicos com o argumento que seria um conceito alheio à realidade brasileira e mais apropriado para o mundo andino. Procuo comentar ao longo do texto sobre esta questão, mas vale sinalizar que hoje esta categoria é amplamente utilizada por diferentes organizações sociais e povos no Brasil e, portanto permeia cada vez mais as lutas destas. A segunda, se deve à realização de um curso no Instituto Paul Singer que me estimulou a realizar esta nova sistematização ao trazer novas reflexões desde outros campos.

Ao falar de bem viver, trata-se concomitantemente de suma qamaña, sumak kawsay, ñandereko, kume mongen... Inclusive, cabe ressaltar que as formas originais de se chamar é em diferentes línguas que ao traduzir-se, também simplifica noções mais complexas que também envolvem “vida plena”, “vida doce”, “vida harmoniosa”, “vida sublime”, “vida inclusiva” ou “saber viver” (SOLÓN, 2019). E ao citar não somente “bem viver”, mas também essas outras nomeações é possível, desde o início, perceber a pluralidade e que são múltiplas as maneiras de dizer e, fundamentalmente, de viver essas propostas. É uma diversidade de possibilidades de como viver bem.

²⁰ Os processos de ensino-aprendizagem próprios, que derivaram na política educação do campo criada e também desmantelada nas últimas décadas, são importantes mecanismos de luta e organização social. Além da importância da educação em si, resulta interessante destacar a construção de intelectuais orgânicos às próprias organizações que podem visibilizar demandas a partir do conhecimento situado. Para saber mais, consulte Caldart (2007) e Souza (2008). Em relação a isto, pode-se citar também o Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais (FCT) de Angra/Paraty/Ubatuba em conjunto com a Fiocruz tem um projeto de educação diferenciada que pode ser consultado aqui: < <https://www.otss.org.br/educacao-diferenciada>> Acesso em 11 out 2022. Também nos informes de Acesso à Terra e ao Território em Sul-América do IPDRS é possível conhecer outras formas de resistência dos povos, não só no Brasil, mas em outros países da América do Sul. Consulte: < <https://ipdrs.org/index.php/publicaciones/libros>> Acesso em 11 out 2022.

Em “diferentes geografias e calendários”²¹ proliferam, (re)nascem formas de ser/fazer com horizontes civilizatórios próprios coerentes com a reprodução da vida como o ecofeminismo, o decrescimento, o ecosocialismo, os comuns e a comunalidade, entre tantas outras.

Em todos os lugares, as pessoas estão experimentando modos de atender às suas necessidades garantindo os direitos e a dignidade da Terra e de seus habitantes ameaçados. Essa busca é uma resposta ao colapso ecológico, à grilagem de terras, às guerras do petróleo e a todas as formas de extrativismo, tais como a agroindústria e o cultivo de espécies geneticamente modificadas. (KOTHARI et al, 2021, p. 38-39).

Várixs autorxs identificam que o bem viver é uma construção política “desde baixo”, isto é, desde as organizações sociais, as comunidades e xs acadêmicxs orgânicos, em aliança com o que estas propõem (ACOSTA, 2016; DÁVALOS, 2014; ESCOBAR, 2014; GUDYNAS, 2011; ZIBECCHI, 2015). Trata-se de realidades vivas para muitos povos indígenas, há séculos, e de projetos políticos para muitas organizações sociais e de intelectuais que estão em busca, desde finais do século passado, dessa construção de outros horizontes (SOLÓN, 2019).

Segundo Gudynas (2016), o bem viver pressupõe críticas e alternativas às ideias do desenvolvimento e podem reconhecer-se três usos: um ‘uso genérico’ para questionar as ações relacionadas ao desenvolvimento como empresas poluidoras ou, para indicar obras públicas que amenizam os efeitos do desenvolvimento; um ‘uso restrito’ a partir de críticas ao capitalismo, mas não necessariamente questionando o crescimento, o consumismo ou o uso utilitarista da natureza e; um ‘uso substantivo’, que faz uma crítica radical ao desenvolvimento.

Esses usos diferenciados é porque há evidentes disputas políticas em torno do bem viver. Instituições internacionais como o Banco Mundial, assim como sua institucionalização no Equador e Bolívia²², se apropriaram e distorceram essa noção, mas entre os povos a essência permanece (SOLÓN, 2019). Portanto, interessa aqui focar no caráter substantivo, no uso e construção da crítica ao desenvolvimento e, conseqüentemente, ao capitalismo colonial patriarcal.

Assim, embora há uma pluralidade de construções constantes, também podem se indicar alguns acordos, como a rejeição à linearidade dos processos históricos em torno da imitação dos passos para chegar a ser “nações industrializadas e desenvolvidas”. Também descarta a ideia de consumo e crescimento como sinônimo de bem-estar. Defende a diversidade de conhecimentos promovendo a interculturalidade, especialmente no sentido de romper com a posição antropocêntrica na qual se hierarquizam e separam os humanos – inclusive identificando diferentes humanos – dos outros seres e elementos da natureza (GUDYNAS, 2016; CHUJI; RENGIFO; GUDYNAS, 2021).

²¹ “Oas” zapatistas – seguindo sua própria linguagem – utilizam essa expressão de “diferentes geografias e calendários” reconhecendo que existem lutas, fazeres, seres e r-existências em diferentes espaços, e todas são formas válidas.
<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2017/05/10/licoes-de-geografia-e-calendarios-globalizados/>

²² Uma análise sobre os resultados da institucionalização do bem viver nas constituições do Equador e Bolívia pode ser consultada em Solón (2019).

Nesse sentido, busca visibilizar e valorizar epistemologias subordinadas pelo modo hegemônico (CHUJI; RENGIFO; GUDYNAS, 2021).

Já se antecipavam algumas noções em torno do bem viver ao citar Ceceña (2012) no primeiro subtítulo e indicando a ideia de tempo circular diferente à história linear evolutiva hegemônica, à concepção do ser humano como parte da natureza e o foco no cuidado em todos os níveis. Assim, “Enfrenta-se o patriarcado, mesmo no âmago dos domínios rurais e indígenas, postulando alternativas feministas para reavivar o papel fundamental das mulheres na defesa das comunidades e da natureza” (CHUJI; RENGIFO; GUDYNAS, 2021, p. 211). Para Escobar (2015) a construção do bem viver busca evidenciar e fortalecer a ideia de que há modos de viver existentes e possíveis. Desde esta concepção, Solón (2019) explica que propõe-se:

1. Uma **visão do todo ou da Pacha**, baseada na compreensão da necessidade de transformação sistêmica vinculada à totalidade, isto é, a Mãe Terra, que significa a unidade indivisível do espaço e o tempo em um movimento constante de devir. Esta visão integra todos os mundos, tanto dos seres humanos, plantas e animais, como o mundo de cima onde habitam a lua, o sol, as estrelas e o mundo de baixo no qual vivem os mortos e os espíritos. Nesse espaço interconectam-se os tempos passado, presente e futuro compreendidos como ciclos e a vida explica-se na relação entre as partes do todo. É a compreensão da vida em sua totalidade. “Neste sentido, ‘o todo’ tem uma dimensão espiritual, na qual a concepção do eu, da comunidade, e da natureza se fundem e estão vinculadas de forma cíclica no espaço e o tempo. Viver abrangendo o ‘todo’ implica viver com o afeto, o cuidado, a autocompreensão e a empatia com os outros” (SOLÓN, 2019, p. 20).

2. **Conviver na multipolaridade**, significa compreender a unidade nos polos, seja homem-mulher, propriedade individual-propriedade comunal, trabalho individual-trabalho coletivo, indivíduo-comunidade, humanidade-natureza, sendo que a comunidade compõe-se de seres humanos e outros seres. Portanto, trata-se de compreender o caráter relacional da vida, é viver bem nesta dualidade, aprendendo a inter-relacionar-se com as outras partes do todo. A centralidade está no trabalho coletivo, na comunidade, ao contrário das práticas hegemônicas que estão centradas na individualidade e na propriedade privada. “A chave não é anular as diferenças senão conviver com elas, evitar que as desigualdades se agravem e polarizem até desestabilizar ‘o todo’. No contexto desta visão, o fundamental é aprender ou reaprender a viver em comunidade respeitando a multipolaridade do todo” (SOLÓN, 2019, p. 22).

3. A **busca do equilíbrio**, considerando os diferentes elementos que compõem o todo. Trata-se de propiciar uma harmonia em uma composição entre diferentes seres, entre o material e o espiritual, conhecimento e a sabedoria, as diferentes culturas, identidades e realidades. Compreende a existência de um equilíbrio instável com contradições, desencontros e reequilíbrios constantes. Assim, a função do ser humano é contribuir para alcançar esse equilíbrio dinâmico entre as partes da

comunidade da *Pacha*. “Neste processo, é fundamental superar o conceito dos seres humanos como ‘produtores’, ‘conquistadores’ e ‘transformadores’ da natureza e substituí-lo pelo de ‘cuidadores’, ‘cultivadores’ e mediadores’ da natureza” (SOLÓN, 2019, p. 24).

4. A **complementariedade de diversos** radica na concepção de que o equilíbrio dos seres que habitam o todo se dá através dessa complementariedade, sem anular o outro. Isso contribui a reconhecer a diferença de cada elemento, podendo ser contraditório, complementando o todo, respeitando a particularidade e a diversidade. Busca a combinação de esforços reconhecendo a força e as possibilidades que brindam a diversidade para o equilíbrio do todo. Assim, propõem-se regras assimétricas que favoreçam aqueles seres com menos vantagens históricas, no sentido de surgirem todos buscando esse equilíbrio. “O Viver Bem não é um regresso utópico ao passado, senão o reconhecimento de que na história da humanidade tem tido, existem e haverão outras formas de organização cultural, econômica e social que podem contribuir para superar a atual crise sistêmica se se complementarem” (SOLÓN, 2019, p. 25).

5. A **descolonização** procura evidenciar diversas formas de dominação que persistem à colonização e as dismantelar. Ainda imperam sistemas políticos, econômicos, sociais, culturais e mentais opressivos que precisam ser questionados e libertar-nos descolonizando nossos territórios e nosso ser de conceitos alheios. Para isso, é necessário autodeterminar-se, praticar a autogestão e superar crenças que nos afastam do reencontro com a *Pacha*.

A descolonização implica rejeitar um status quo injusto e recuperar nossa capacidade de enxergar com profundidade para não ficar atrapado por categorias coloniais que limitam nossa imaginação. Descolonizar-se é responder às injustiças que se cometem contra outros seres (humanos e não humanos), derrubar as falsas barreiras entre a humanidade e o mundo natural, dizer aquilo que pensamos em voz alta, superar o medo de ser diferente, e restaurar o equilíbrio dinâmico e contraditório que tem sido quebrado por um sistema e modo de pensar dominante (SOLÓN, 2019, p. 27).

Fundamentalmente, esta proposta promove uma diversidade de formas de existir em construção que privilegiam a vida de todos os seres, inclusive dos humanos, compreendendo a vida como uma.

Diferentes organizações têm se mobilizado cada vez mais em torno do bem viver na última década. Esta perspectiva se incorpora, por exemplo, na luta das mulheres negras. Em 2015 realizou-se em Brasília a Marcha das Mulheres Negras – contra o racismo, a violência e pelo bem viver no contexto da consciência negra. O encontro reuniu em torno de cinquenta mil mulheres negras e continuam mobilizadas até a atualidade. Além de necessariamente insistir na denúncia do racismo, pautam o bem viver como categoria política buscando incidir no projeto de nação brasileira que historicamente e até a atualidade não contempla a população negra em sua plenitude. Reivindicam uma vida plena, com garantia de direitos à saúde, educação, arte, lazer, moradia, expressão religiosa e

espiritual, reconhecimento dos próprios saberes e à vida comunitária. Destacam que é fundamental questionar o ideário do desenvolvimento e constituir outros horizontes civilizatórios em torno dos saberes e fazeres de mulheres negras. A chamada para essa Marcha das Mulheres Negras de 2015²³ se propôs como um marco

para reinaugurarmos, à luz do repertório já acumulado pelas nossas ancestrais, um outro modo de vida, onde a dignidade, a soberania dos direitos, condições materiais aceitáveis, a educação, o lazer, e o bem-estar configurem padrões de existência para aquelas e aqueles vêm experimentando, mesmo com o avanço das políticas públicas, o direito à vida de modo deficitário e incompleto. Reajamos ao racismo e reivindicamos o Bem Viver! (BORGES, 2014).

As mulheres negras, em diferentes organizações, manifestam-se permanentemente em diferentes cidades e datas que marcam a luta da população negra – julho das pretas, dia internacional da mulher negra latino-americana e caribenha, dia da consciência negra, etc... Inclusive realizaram atividades de maneira virtual, também durante a pandemia de Covid 19.

Na Marcha das Mulheres Negras em São Paulo de 2020, elas tratam das artes como forma de luta e da diversidade como força. E entendem a necessidade de reivindicar o bem viver para

resgatar as formas ancestrais de gestão do coletivo e do individual, com respeito aos nossos corpos e à natureza. Exigimos outra economia, sustentada nos princípios de solidariedade, reciprocidade, responsabilidade e integralidade [...] Resgatamos nossa aliança de parentesco com as indígenas e marchamos pela construção de um novo marco civilizatório, no qual todas as mulheres negras possam viver com dignidade, alegria e prazer (MARCHA, 2020).

Em julho deste ano (2022) realizou-se em Salvador o *Encontro de Mulheres Negras Nordeste-Amazônia: Qual o nosso Projeto de Nação?* que tratou sobre

diversos aspectos e noções de acesso a direitos, poder e Bem Viver, pelas cosmo percepções dos povos pretos em diálogo com os povos indígenas, a partir das perspectivas, experiências e saberes de mulheres que revelam a pluralidade cultural, geracional, territorial e de sexualidade, das mulheres e dos povos negros e indígenas no Brasil (CARTA, 2022).

Em relação ao bem viver consideram que junto com a ancestralidade são perspectivas fundamentais para constituir “um projeto de nação e sociedade plurirracial, pluriétnica, de respeito e igualdade entre os povos. Nesta perspectiva, Bem Viver para nós é o equilíbrio, harmonia e simbiose entre os seres humanos e a natureza” (CARTA, 2022), que se fortalece na aliança entre os povos negros e indígenas e convidam à leitura do documento final da I Marcha das Mulheres Indígenas e a Carta das Marcha das Mulheres Negras de 2015 – documentos citados anteriormente – para melhor compreensão do bem viver para essas mulheres.

²³ Carta final da Marchas das Mulheres Negras de 2015 disponível em: <<https://institutoodara.org.br/carta-marcha-das-mulheres-negras-2015/>> Acesso em 22 out 2022.

partir destas experiências é possível corroborar que o bem viver continua – e cada vez mais – sendo um horizonte plural de práticas existentes e que se recriam permanentemente na construção de outras sociabilidades civilizatórias em alianças entre diferentes povos.

Para continuar construindo reflexões, sentidos e horizontes de vida vivíveis

Este texto, como comentado inicialmente, se propõe como uma reflexão de questões que tem permeado as minhas pesquisas. É quase como fazer um balanço da pertinência destas sem pretender esgotar nem as discussões, nem as práticas em torno do desenvolvimento, das r-existências e do bem viver. Trata-se de uma busca em permanente construção vinculada às vivências com os povos do campo, das águas, das florestas e das cidades.

Em todos estes anos de análise teórico-prática em torno do desenvolvimento fica mais que evidente que esta categoria é unicamente compreendida a partir da lógica capitalista patriarcal colonial e, portanto, não apresenta possibilidades de reproduzir a vida, mas de produzir morte em vida ou morte matada. A partir do desenvolvimento, o capitalismo apresenta soluções reformistas à crise global que não dão conta de projetar horizontes que não devastem a natureza, especialmente a humana. Assim, considera-se urgente a consolidação de alternativas ao desenvolvimento, inclusive saindo desse espelho que não mostra o reflexo dos povos do campo, das florestas e das águas. É continuar construindo possibilidades traçando outros caminhos, não como oposição, mas independentemente do capitalismo colonial patriarcal.

Isto significa, continuar construindo formas próprias de viver no cotidiano, fazendo barulho nas ruas, evidenciando as violências, ecoando as vozes daquelas pessoas que vivem através de lógicas comunitárias, compreendendo-se como natureza e parte da floresta, das águas, dos mangues. Explicitar que, embora há processos de resistência porque sim o capitalismo colonial patriarcal existe (ainda) e é reproduzido especialmente pelo Estado e as empresas que dele se beneficia, há também r-existências. Há formas diferentes de viver que muitas vezes nem conseguimos enxergá-las porque não temos as lentes apropriadas, porque não conseguimos sair da nossa visão social e historicamente construída de oprimir, desqualificar, inferiorizar, invisibilizar.

Respeito ao bem viver, penso que é interessante fazer dois destaques que podem resumir essa categoria política. O primeiro, é em relação à importância de compreender que sob essa categoria aglutinam-se diferentes sujeitos, comunidades, organizações que, histórica ou mais recentemente, compreendem que o desenvolvimento do capital colonial patriarcal está levando à extinção da Terra com ênfase na espécie humana – sendo especialmente prejudicadas as pessoas consideradas subalternas. O segundo, é que se trata de formas plurais, diferentes, que não se entendem como receitas universais, mas que correspondem a modos de ser e fazer próprios atrelados às territorialidades que os povos constituem e encontram-se em permanente (re)construção. Inclusive,

essa reconstrução se relaciona com erros de percurso, contradições e capacidade de autocritica ao interior das práticas sociais que, por vezes, estão impregnadas de sistemas de opressão hegemônicos.

Para permanecer com o senso (auto)crítico aguçado e continuar contribuindo na construção de outros horizontes de r-existência e bem viver, resulta importante continuar fazendo-se perguntas... Será que discutir estas questões é chover no molhado? Será que estas questões passam a fazer sentido em outros âmbitos além daqueles em que já transitam corriqueiramente? Se a língua é parte da cultura, ao modificar as formas de nomear, modifica-se a cultura? Quais formas de viver não estou/estamos enxergando que nos possibilitam construir outras sociabilidades? É possível humanizar as sociedades, evidenciar essa necessidade àquelas pessoas que historicamente nos deshumanizaram ao nos catalogarem como inferiores por nos distinguirem como negros, mulheres, índios, atrasados? O que virá antes, a extinção da humanidade ou a modificação das formas de viver?

Ao finalizar este texto, fica o estímulo de continuar aprofundando em temas como a esfera do cuidado por todas as pessoas e com todos os seres; o território nas diferentes escalas – corpo, comunidade, terra – como forma de r-existência; a insistência em exigir dos Estados, sendo estes protagonistas fundamentais das políticas de morte e das violências; a justiça – social, ambiental, territorial? - fora das instâncias legais; aprofundar no tempo circular, nos seres humanos como parte dos seres da natureza...

REFERÊNCIAS

ACIGUA – Associação Comunitária Indígena Guarani. Protocolo de consulta prévia Tekoá Itaxi Mirim, 2018. Disponível em: <[Protocolo-de-Consulta-Previa-da-Tekoa-Itaxi-Mirim-Guarani-Mbya.pdf \(direitosocioambiental.org\)](#)> Acesso em 6 out 2022.

ACOSTA, Alberto (2016) O bem viver: a oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia literária, Elefante. Disponível em: <<https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Bemviver.pdf>> Acesso em 20 out 2022.

BORGES, Rosane (2014) Marcha das mulheres negras: contra o racismo e pelo bem viver. Geledés. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/marcha-das-mulheres-negras-contra-o-racismo-e-pelo-bem-viver/>> Acesso em 22 out 2022.

Caldart

https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/405410/mod_resource/content/1/0%20que%20%C3%A9%20educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20campo%20caldart.pdf

CARTA aberta à sociedade: questões inegociáveis para mulheres negras e indígenas na disputa do poder (2022). Instituto Odara. Disponível em: <<https://institutoodara.org.br/public/carta-aberta-a-sociedade-questoes-inegociaveis-para-mulheres-negras-e-indigenas-na-disputa-por-poder/>> Acesso em 30 out 2022.

CECEÑA, Ana Esther (2012) No queremos desarrollo, queremos vivir bien. MASSUH, Gabriela (org) Renunciar al bien común: extractivismo y (pos)desarrollo em América Latina. Buenos Aires: Mardulce.

CHUJI; RENGIFO; GUDYNAS (2021). Bem viver. KOTHARI, Ashish (et al.). **Pluriverso**: dicionário do pós-desenvolvimento. São Paulo: Elefante.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. IN: SACHS, Wolfgang (2000) **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes.

ETTERN-IPPUR-UFRJ; FASE (2011) Relatório síntese: projeto Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento. Rio de Janeiro.

FÁVARO, Jorge Luiz. Geografia da política de desenvolvimento territorial rural: sujeitos, institucionalidades, participação e conflitos no território da cidadania Paraná Centro. Tese de Doutorado em Geografia, UFPR, 2014. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/35905/R%20-%20T%20-%20JORGE%20LUIZ%20FAVARO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 10 out 2022.

GUDYNAS, Eduardo (2016) Bem viver. In: D'ALISA; Giacomo; DEMARIA, Federico; KALLIS, Giorgos (org). **Decrescimento**: vocabulário para um novo mundo. Porto Alegre: Tomo Editorial.

KOTHARI, Ashish (et al.) (2021). **Pluriverso**: dicionário do pós-desenvolvimento. São Paulo: Elefante.

MARCHA das Mulheres Negras de São Paulo (2020) Nem cárcere, nem tiro, nem Covid: corpos negros vivos! Mulheres negras e indígenas! Por nós, por todas nós, pelo bem viver. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/nem-carcere-nem-tiro-nem-covid-corpos-negros-vivos-mulheres-negras-e-indigenas-por-nos-por-todas-nos-pelo-bem-viver/>> Acesso em 20 out 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (2006) A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. CLACSO. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101019090853/6Goncalves.pdf>> Acesso em 6 set 2022.

QUIJANO, Aníbal (2005) Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: E. LANDER (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales CLACSO

ROOS, Djoni; SOARES, Gustavo; MONTENEGRO, Jorge; SOLÁ PÉREZ, Mercedes; SANTOS, Sirley Ferreira dos. Brasil. In: BAUTISTA DURÁN, Ruth; BAZOBERRY CHALI, Oscar; SOLIZ TITO, Lorenzo (org) (2022) **Informe 2021: acceso a la tierra y territorio em Sudamérica**. Disponível em: <<https://ipdrs.org/index.php/publicaciones/libros/impreso/174>> Acesso em 20 nov 2022.

SACHS, Wolfgang (2000) **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes.

SOLÁ PÉREZ, Mercedes; GONÇALVES, Claudio Ubiratan (2019) o cavalo de troia. Fiocruz <https://www.cpqam.fiocruz.br/uploads/Arquivos/0d808dba-9c3c-4022-8f4d-d307696c9765.pdf>

SOLÓN, Pablo (2019). Alternativas sistêmicas: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Elefante.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. Revista **Educação e Sociedade**, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/6S89N7H4cTJRZTbnvykF5rt/?lang=pt#>> Acesso em 5 out 2022.

ZIBECHI, Raul (2015) Descolonizar el pensamiento crítico y las prácticas emancipatórias. Bogotá, Ediciones desde abajo.

SOBRE A AUTORA

Mercedes Solá Pérez  - cursou o Bacharelado e a Licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Paraná (2008). É Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa: Produção e Transformação do espaço urbano-regional e Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco com estágio de sete meses na Universidad Externado de Colombia. É integrante do do Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra -ENCONTTRA -; da Rede de Estudos do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho -CEGeT-; do Laboratório de Estudos sobre Espaço Agrário e Campesinato - LEPEC- e da Rede de Geografias da Pesca. Realizou pós-doutorado em Geografia na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e atuou no Núcleo de Pesquisa e Construção de Conhecimentos e no Projeto Piloto de Gestão Compartilhada para acompanhamento da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro - criado a partir das pesquisas dos primeiros meses do pós-doutorado - do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras do norte da Bahia e costa de Sergipe (PEAC). Atualmente é professora Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

E-mail: mercedessolap@hotmail.com

Data de submissão: 16 de dezembro de 2024

Aceito para publicação: 02 de fevereiro de 2025

Data de publicação: 06 de março de 2025